

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 4.392, DE 2004

Dispõe sobre a isenção de IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, na aquisição de móveis escolares e dá outras providências

Autor: Deputado ENIO BACCI

Relator: Deputado ROGÉRIO TEÓFILO

I – RELATÓRIO

O projeto de Lei em análise, de autoria do nobre Deputado Enio Bacci, visa conceder isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de móveis escolares .

A tramitação dá-se conforme o disposto no art.24,II do Regimento Interno das Câmara dos Deputados.

A apreciação é conclusiva por parte desta Comissão de Educação e Cultura.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas às proposições.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cumpra a esta Comissão analisar o assunto do ângulo do mérito educacional. Considerações acerca do impacto fiscal e ajuste à lei orçamentária ou da adequação da cláusula revogatória aos termos da Lei Complementar nº 95/98 serão feitas no momento oportuno pelas Comissões competentes, respectivamente a Comissão de Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e Cidadania.

Sob o prisma educacional, é bem-vinda toda proposta que concorra para o conforto ,garantia de equipamentos mínimos e melhor aproveitamento por parte dos alunos.

O Plano Nacional de Educação-PNE, aprovado pela Lei nº 10.172/01, prevê a elaboração de padrões mínimos de infra-estrutura para o funcionamento adequado das instituições de educação infantil e ensino fundamental, incluindo o mobiliário(respectivamente, metas nº 1.3.2,"e" e 2.3.4,"f").

O poder público pode se utilizar da política fiscal para fortalecer alguns objetivos. São exemplos, a concessão de isenção do IPI para a aquisição de veículos utilizados no transporte autônomo de passageiros ,e por pessoas portadoras de deficiência física(Lei nº 8989/95),ou ainda a redução de alíquotas par os veículos concebidos para aplicação militar ou trabalho agro-industrial, nos termos do Decreto nº 5.326/04. Nada impede que instrumento análogo seja utilizado em benefício dos educandos.

Diante do exposto, voto favoravelmente ao Projeto de Lei nº 4.392, de 2004

Sala da Comissão, em 15 de fevereiro de 2005.

Deputado ROGÉRIO TEÓFILO
Relator